



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR  
Blumenau - SC - Brasil

---

RETERRITORIALIZAÇÃO E DESTERRITORIALIZAÇÃO NO SERTÃO CEARENSE:  
CORONELISMO, INDÚSTRIA DA SECA E PROCESSOS MIGRATÓRIOS.

**Andreia Duavy** (Universidade Federal Rural do Rio de Jan) - [andreiaduavy@gmail.com](mailto:andreiaduavy@gmail.com)

*Formada em Arquitetura e Urbanismo pela UFRRJ, Mestranda em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas pela UFRRJ.*

**Denise de Alcântara Pereira** (Universidade Federal Rural do Rio de Jan) - [dalcantara@ufrj.br](mailto:dalcantara@ufrj.br)

*Pós-Doutorado em Sistema de Espaços Livres - PROARQ pela UFRRJ. Docente permanente do PPGDT da UFRRJ. Líder do Grupo de Pesquisa GEDUR (CNPQ)*

## **Reterritorialização e Desterritorialização no Sertão Cearense:**

**Coronelismo, Indústria da Seca e Processos Migratórios.**

### **INTRODUÇÃO**

Este artigo compõe os estudos e análises em andamento de mestrado e busca abordar os processos de formação do território sertanejo do ponto de vista do conjunto de políticas públicas que ficou conhecido como Indústria da Seca. Tal política além de fortalecer o Coronelismo no semiárido nordestino (FERREIRA et al., 2020) também operou de forma dicotômica na formação de dois tipos de territórios distintos: de um lado, na construção de estradas e ferrovias, no bojo do período desenvolvimentista no Brasil; de outro, no processo migratório nordestino sentido campo/cidade, gerando espaços desterritorializados através do desaparecimento de cidades rurais (NONATO, 1957).

O recorte espacial escolhido para análise trata-se da rodovia estadual CE-060, entre as cidades de Caririaçu e Jardim, Região do Cariri, no Estado do Ceará; passando pelas cidades de Juazeiro e Barbalha, bem como pela Floresta Nacional do Araripe. Tal recorte abriga redefinições territoriais nítidas sob a forma de contrastes: a estrada, as casas de taipa e adobe com cisternas, as grandes cidades e a Mata Atlântica.

Partindo da premissa de que o território é fruto do acúmulo desigual dos tempos (SANTOS, 2002), formado pelas relações estabelecidas entre homem e natureza no seu processo de ocupação, podendo, essa relação, ser exercida como poder e domínio; de que a migração é uma característica constituinte do território cearense; com desdobramentos espaciais, culturais e políticos (ARSKY, 2020); e também de que a prática política coronelista, que se caracteriza por relações clientelistas e paternalistas é intrínseco ao território sertanejo (FERREIRA et. Al. (2020), cabe aqui buscar entender como esses fatores se interrelacionaram gerando processos de reterritorialização e desterritorialização, tal como abordados por Haesbart (2004).

O artigo está dividido em três partes mais a conclusão. Na primeira, são abordadas as discussões mais recentes sobre a concepção de território e paisagem, segundo Milton Santos (2002), Cazella (2009) e Haesbart (2004), bem como apresentada a região objeto de estudo: o sertão do Cariri. Na segunda seção, far-se-á um apanhado histórico sobre o fenômeno da migração nordestina, discorrendo sobre suas causas, principalmente relacionado à indústria da seca. Por último, busca-se compreender como a estrutura política entendida como coronelismo se consolidou no interior cearense, atuando diretamente na construção socioespacial do Sertão, baseado em Leal (1948).

Na conclusão, apresentamos as contradições das políticas de combate à seca no Nordeste, no sentido da formação de novas territorialidades urbanas e rurais distintas, à luz do debate de um novo paradigma sobre modos de vida e desenvolvimento rural.

**TERRITÓRIO: O QUE SE FAZ DELE, O QUE SE FAZ DE SI**

As transformações políticas assistidas pós-II Guerra trouxeram novos paradigmas e novas concepções sobre as áreas da geografia, da economia e da política. Destaca-se aqui o conceito de território, vinculado ao campo da Geografia por volta das décadas de 1970 e 1980, junto à grande área das Ciências Sociais (CAZELLA et al., 2009). Segundo estes autores o “território é, em primeiro lugar, uma unidade geográfica delimitada por uma fronteira” (CAZELLA et al., 2009, p. 26); se constitui por elementos particulares e é transpassado por uma temporalidade.

Muitos autores vão discorrer sobre os elementos constitutivos de um território. Para Méo (1998), o poder político, as dinâmicas socioeconômicas, os aspectos identitários e as determinações da natureza constituem o espaço geográfico. Já Gumushian (2002) aborda o tema de forma mais abrangente, estabelecendo as relações materiais e simbólicas; de natureza e apropriação, forma e espaço e de identidade (CAZELLA et al, 2009). Silva (2012) explica que “os contextos socioeconômicos, as formas de apropriações dos espaços e as ações públicas dialogam entre si imprimindo marcas sobre o território”.

Assim, o sertão engloba características geográficas, constituintes de paisagem, e principalmente, de identidades; uma representação simbólica amplamente difundida na literatura clássica brasileira: monótono, imutável, infinito.

Daí a impressão dolorosa que nos domina ao atravessarmos aquele ignoto trecho do sertão – quase um deserto – quer se aperte entre as dobras de serranias nuas ou se estire, monotonamente, em descampados grandes. (CUNHA, p. 11,1984)

Esse simbolismo, de acordo com Augé (2012), é acessível a todos, mas o seu conteúdo é dominado por poucos; passado por herança como reconhecimento, mais do que como conhecimento. A partir daí, poder-se-ia dizer que os territórios sertanejos simbólicos, embora representem características geográficas e socioculturais reais (reconhecidas), foram construídos por uma narrativa de domínio de outrem.

Haesbart (2004) explica que essa apropriação é a maneira pela qual um grupo de pessoas usam a terra, experimentam a vida e dão significado a ela; o território é múltiplo: é o que se faz dele, mas é também o que ele faz de si.

A relação entre território e poder vai permear o debate sobre o conceito contemporâneo do termo. Santos (1996) defende que a categoria de análise usada seja o de “território usado”; pois este se constitui enquanto fruto das relações de apropriação do espaço. Essa apropriação se exerce tanto quanto poder, domínio, colonização - e aqui nos referimos aos processos políticos; como enquanto relação de troca e subsistência entre comunidades (Moraes, 2000).

Por fim, faz-se necessário diferenciar o termo território de paisagem. Como já exposto, para Santos (2002), a paisagem é um acúmulo desigual de tempos; são as rugosidades, ou “os aspectos perceptíveis fruto da relação entre espaço e tempo” (SILVA, 2012, p. 204). Do inglês Landscape, de origem alemã Landschaft, o termo paisagem em tradução literal significa “fazer, criar a terra”.



A paisagem está contida no território, mas o território não é paisagem; são suas características visíveis, o que foi construído na sobreposição de tempos.

A paisagem percebida no trecho da rodovia estadual CE-060, entre as cidades de Caririaçu e Jardim, Região do Cariri, no Sul do Estado do Ceará, é múltipla, podendo ser dividida, em uma análise de macroescala, em quatro unidades de paisagem predominantes: de grande adensamento urbano (grandes cidades), médio adensamento (pequenas cidades), zonas rurais sertanejas e mata atlântica (referente à presença da Floresta Nacional do Araripe).

Essa forma de distribuição no território está diretamente relacionada à pecuária extensiva, uma atividade subsidiária da cana-de-açúcar (ANDRADE, 1986). A atividade pecuária também foi responsável pela abertura das estradas no interior cearense, voltadas para o escoamento de produtos intra-regionais (LIMA, 2007), além de favorecer as migrações rural-urbanas. As cidades circunvizinhas foram se consolidando, atendendo às necessidades de comércio com a capital e com os estados vizinhos. Se estabeleceram aí produção de cana-de-açúcar, algodão, carne e couro de gado, o que impulsionou o desenvolvimento do chamado triângulo CRAJUBAR (referente às cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha) (Fig.1).

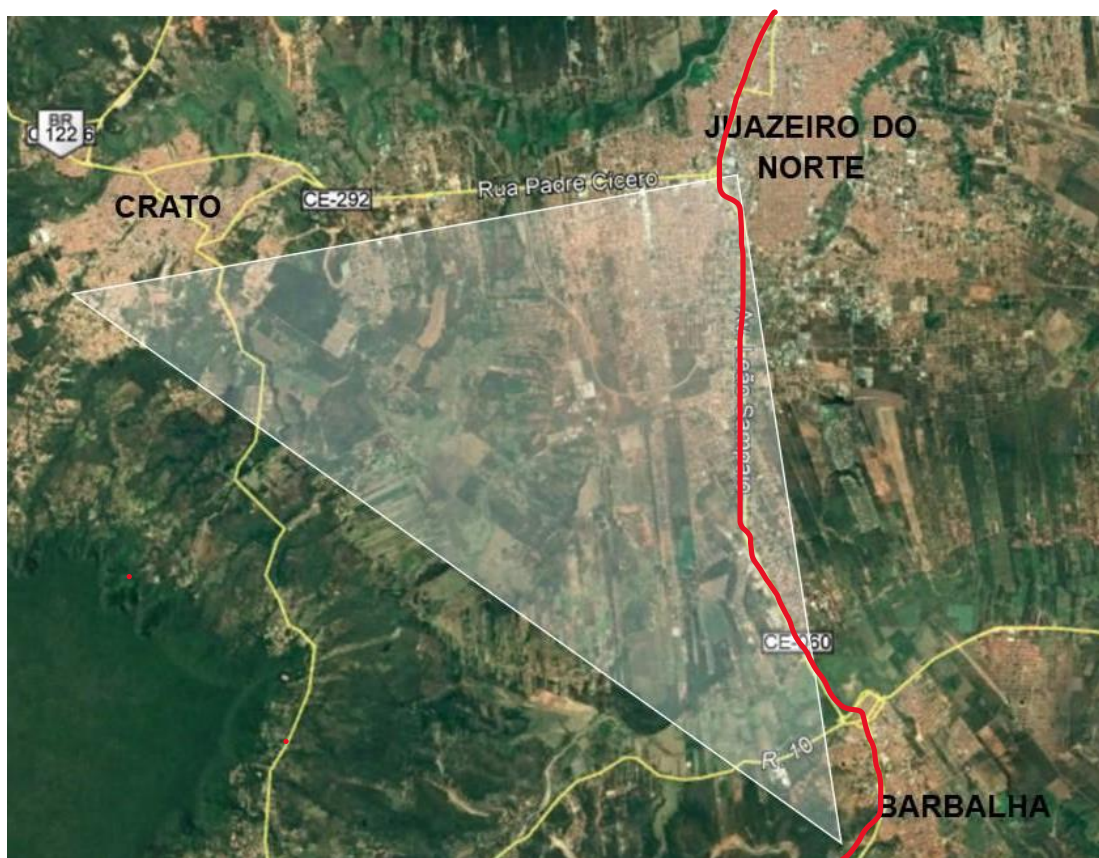


Fig. 1 - o CRAJUBAR e a CE-060 (em vermelho). Fonte: Google Earth alterado pela autora.

Esse desenvolvimento se refletiu no processo de urbanização cearense no interior do Estado, com a construção de estradas e ferrovias para o escoamento da produção.

A rodovia CE-060, objeto deste estudo, corta o Estado do Ceará, partindo de Maracanaú, região metropolitana de Fortaleza, passando por cidades como Baturité, Quixadá, Iguatu, e Juazeiro do Norte. Seu traçado é similar ao da antiga ferrovia construída em 1927, correndo paralela a última (Figs. 2 e 3).



Fig. 2- Eixo ferroviário do Ceará (1927).

Fonte: Cavalcanti (2008)

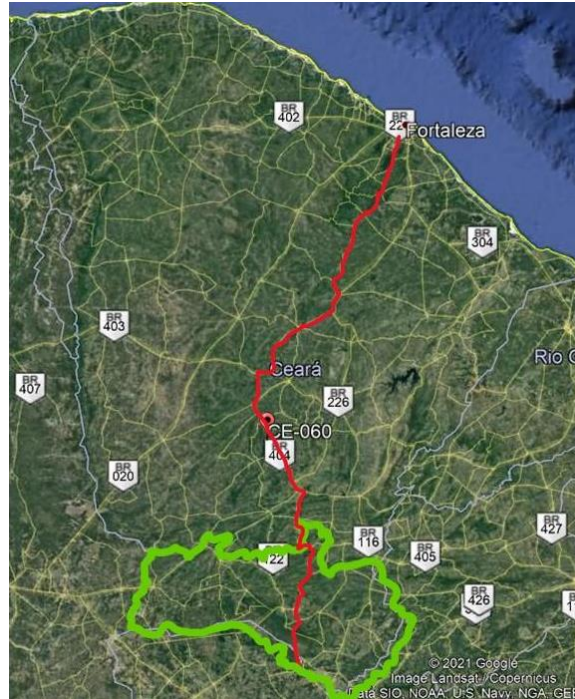


Fig. 3 – A CE-060 (em vermelho) e a Região do Cariri demarcada em verde).

Fonte: Google Earth (alterado pela autora)

A dicotomia da produção do espaço está presente em todo o percurso. No recorte espacial estabelecido, a estrada, por si só, símbolo de desenvolvimento se contrapõe à sua margem rural. As cidades de Juazeiro do Norte e Crato, em processo de verticalização (fig. 4) contrastam com as casas de taipa e adobe que necessitam de cisterna (fig. 5), para garantia de água potável durante todo o ano.

O modo de vida rural, camponês, de agricultura convive à margem do modo de vida capitalista vendo passar à sua porta insumos, produtos tecnológicos e industrializados, por exemplo, sem que estes se distribuam ali.





Fig. 4 - A cidade de Juazeiro do Norte em processo de verticalização. Fonte: Google Imagens.



Fig. 5 - Casas isoladas à margem da rodovia estadual CE-060. Acervo pessoal.

## **MIGRAÇÃO NORDESTINA: UM PROBLEMA SOCIAL**

O personagem do retirante nordestino permeia a literatura brasileira. Morte e Vida Severina, de João Cabral de Melo Neto, de 1955, retrata sob a forma de poesia de cordel a peregrinação de Severinos “iguais em tudo nessa vida”, retirantes que fogem da seca pelo Rio Capibaribe.

Em Seara Vermelha, Jorge Amado (1946) narra a viagem de uma família sertaneja rumo à São Paulo, depois que as terras onde trabalhavam foram vendidas; relacionando o fenômeno da migração com condições de trabalho.

Embora essas narrativas datam da metade do século passado; ainda recentemente, em 2018, dados do GRID – The Global Report on Internal Displacement, reportam que 764.000 pessoas se deslocaram por causa da seca no Brasil (FERREIRA et al., 2020). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), até a década de 2000, mais de 9 milhões de nordestinos migraram para outros estados do país.

FERREIRA et al. (2020) afirmam que o fenômeno migratório nordestino é de cunho climático, dados a sua ciclicidade, os impactos causados no território e fatores políticos. Menezes (1970) se apegua a esse último aspecto e afirma se tratar de um problema social.

Na imprensa, não raro, os jornais estampavam capas sobre os “flagelados da seca”; “Retirantes: Problema do Nordeste”<sup>1</sup> que chegavam nas cidades, indo para as periferias, em um processo de adensamento do espaço urbano.

Com as políticas desenvolvimentistas do período JK<sup>2</sup>, políticas públicas foram formuladas com o intuito de resolver a questão da seca no sertão nordestino, como estímulos para retirantes trabalharem nas obras públicas (Ferreira et al, 2020). Simião (2019, p. 89) afirma que “nos anos 1950, o Nordeste estava atravessando mais um período de forte seca e havia um processo de expulsão dos trabalhadores rurais para as periferias das cidades”. Cunha (2016) complementa que esse movimento se dava em fluxos direcionados às grandes cidades, alterando as relações sociais nos territórios.

Na década de 1970, o Programa de Integração Nacional (PIN) gerou mais de meio milhão de empregos temporários para famílias inteiras que eram recrutadas no período de estiagem, como mão de obra mais barata, para trabalharem nas obras públicas (FERREIRA et al., 2020), dado que corrobora a teoria de estímulo migratório, em lugar de alternativas para a permanência das famílias em seus lugares de moradia.

A esse conjunto de políticas da metade do século XX com o intuito de gerar empregos para os retirantes nordestinos foi dado o nome de Indústria da Seca; impulsionada pela criação do Departamento Nacional de Obras contra as secas, em 1945; ao que Ferreira et al (2020, p 17) associam o fortalecimento do coronelismo na região: “os proprietários locais usaram a sua rede de influências para obterem apoio para fins privados, alimentando o coronelismo e o paternalismo”. De um lado, estabeleciam seu controle sobre o acesso à terra e aos recursos; de outro, empregavam mão de obra em troca de votos.

SILVA e PEREIRA (2020, p. 362) concordam ao colocar que esse conjunto de políticas se materializara como uma colonialidade que gerou “a concentração da terra, da água, do saber, do poder e o aumento crescente da fome e da miséria no Semiárido, além de beneficiar os latifundiários e incentivar o advento do coronelismo”. Para os autores, a estrutura latifundiária presente no sertão propiciou domínios de outra ordem: a política, baseada em trocas, paternalismo e relações de dependência.

Menezes (1970) explica como as relações entre coronéis e poder público, em se tratando do semiárido nordestino, significavam o controle e o poder sobre

---

<sup>1</sup> Diário de Natal, de 25/11/1964 (FERREIRA et al., 2020).

<sup>2</sup> Governo de Juscelino Kubitschek (1956 – 1961)

a água e conhecimento político sobre as áreas a serem beneficiadas com projetos de açudes.

Nas duas últimas décadas, pós-PRONAF<sup>3</sup>, um conjunto de políticas públicas voltadas para o combate à seca foi implementado. Para Ferreira et al. (2020) os projetos de transposição do Rio São Francisco, e o Programa 1 Milhão de Cisternas, da ASA – Articulação no Semiárido, por exemplo, reduziram o processo migratório, pois “garantiram autonomia hídrica às comunidades mais isoladas por vários meses” (FERREIRA et al. 2020, p. 18).

Assim, se a urbe se adensa com o processo migratório no sentido campo-cidade, rural-urbano, nordeste-sudeste, cabe também questionar os seus impactos no território deixado para trás. Como Nonato (1957) descreve, ao relacionar memória e lugar e discorrendo sobre o desaparecimento dos vizinhos: “e por último, ao atravessar o derradeiro quarteirão da Rua Baixa, deixando tudo quanto tinha de mais querido na vida, a cidade tinha desaparecido”.

## **CORONELISMO: FRUTO OU ORIGEM DAS DESIGUALDADES NO NORDESTE.**

Quando Leal escreveu seu livro “Coronelismo: Enxada e Voto”, o processo de urbanização brasileiro ainda não havia começado e tratava, portanto, de um país predominantemente rural, de economia primária e agricultura voltada para a subsistência.

Se, por um lado, muitas das características que ajudaram a fundar o coronelismo se perderam com a industrialização; por outro, a estrutura latifundiária presente na metade do século XX, ajudou na consolidação e permanência das relações paternalistas ainda nos dias de hoje, através das muitas oligarquias que vem hereditariamente exercendo o poder nas regiões mais interioranas brasileiras. Em se tratando de Nordeste, trata-se de um aspecto importante no processo de formação do território sertanejo (Montenegro, 1980), Simião (2019, p. 104) explica: “[O sertão] é um exemplo paradigmático de domínio de grupos oligárquicos, coronelistas, que exercem o poder político baseado em relações clientelistas, de dependência e paternalismo”

Para Moraes (2000), o território se constitui enquanto formas de apropriação, de domínio e colonização, conquista do espaço físico; não sendo possível, portanto, não debater a sua formação aos conceitos de poder, expresso nas conformações políticas e econômicas do espaço geográfico, no caso o Coronelismo. Concordamos que o fenômeno é resultado “da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada” (LEAL, 1948, p. 23). Isto é, trata-se do resultado da soma do regime representativo eleitoral e das condições de vida do povo rural.

---

<sup>3</sup> Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: Programa de financiamento para custeio e investimentos em implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção em áreas rurais, visando à geração de renda e melhoria do uso da mão de obra familiar (Site do BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento).



Não é, pois, mera sobrevivência do setor privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa. (LEAL, 1948, p.23).

O autor prossegue afirmando que o coronelismo trata de um compromisso entre poder público e chefes locais. Esses mandatários têm influência sobre um grande número de votos, o que lhes confere poder de barganha diante de políticos em benefício próprio ou sob a forma de favores para os representados.

A primeira condição para o surgimento do sistema coronelista é a concentração da propriedade fundiária rural no Brasil. A Lei de Terras de 1850 foi a primeira a regular sobre a propriedade das terras brasileiras e de imediato impediu o reconhecimento da posse de qualquer terreno adquirido por outros meios que não a compra e a doação real.

O vínculo desigual entre o trabalhador rural/camponês, o latifundiário e a terra em que trabalhava estava posto e se materializou, tempos depois, sob a forma de voto. Por esta razão a municipalidade, que é o local primário de exercício da política, é a escala de influência do poder coronel.

De outro lado, para que o mandatário possa exercer a sua autoridade sobre seus dependentes, isto é, os trabalhadores rurais da sua localidade de poder; ele precisa estabelecer relações de trocas com o poder público, já que este dispõe do “erário, dos empregos, dos favores e da força policial (LEAL, 1948, p. 33). Há uma relação de dependência entre esses atores: O político que fornece os benefícios às municipalidades em troca dos votos, o coronel que media os serviços locais assegurando os votos da população local e a sua autoridade, e os trabalhadores locais que “necessitam” da figura do coronel em troca de proteção social.

Com o chefe local, quando amigo, é que se entende o governo do Estado em tudo quanto respeite aos interesses do município. Os próprios funcionários locais são escolhidos por sua indicação. Professoras primárias, funcionários da coletoria, servidores da saúde pública, (...) (LEAL, 1948, p. 34).

Ao se debruçar sobre a constituição desse território sertanejo, SILVA e PEREIRA (2020, p.360) partem da Sociologia das Ausências procurando “enxergar como as colonialidades operam para produzir exclusões abissais no Semiárido”. As autoras afirmam que o sertão foi apropriado de forma a se extinguir seu modo de vida original, ocasionando em grandes contrastes entre latifúndios e residências isoladas às margens das estradas, entre espaços de poder e espaços de fome e dependência; influenciando diretamente no acesso à água e à comida.

O território presente na imagética brasileira, foi se constituindo sob inúmeros elementos, não apenas meteorológicos, mas sobretudo políticos. Retornando ao texto de Cazella et al. (2009, p. 28), o território é múltiplo, sujeito a inúmeros “processos de reterritorialização”.

Para Haesbart (2004) tais processos são fruto dos movimentos dos agentes sobre o território: dominando-o seja pela produção material, quanto em termos jurídicos e políticos. Tal apropriação também ocorre através da produção de identidades e subjetividades. No processo de colonização, inicialmente europeu, e posteriormente pelas oligarquias locais, o sertão se desterritorializa e se reterritorializa. Está, portanto, em constante movimento.

## CONCLUSÃO

O conceito de território é múltiplo, um processo constante de se fazer e se refazer, um espaço geográfico apropriado materialmente e simbolicamente criando noções de representação e identidade. A paisagem é o fruto visível dessa relação, englobando aspectos políticos, ambientais e morfológicos.

O sertão trata de territorialidade constituída por um modo de vida singular: agricultura de subsistência, atividade criatória, fenômeno migratório e a sua relação com a natureza hostil e transpassado por uma estrutura política própria: o coronelismo.

O território sertanejo expresso na rodovia estadual CE-060 é fruto das relações humanas que ocuparam aquele recorte espacial, mas também das relações de poder que o atingiram direta ou indiretamente.

Apesar de objeto constante de políticas públicas impulsionadas pela criação da Inspetoria de Obras contra as Secas em 1909, e a partir de 1945, pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas, o território sertanejo parece não se adequar ao desenvolvimento capitalista: seus modos de vida permanecem rurais, camponeses, simples.

À margem da rodovia estadual, ficam ainda mais evidentes essas contradições: os insumos levados por caminhões para abastecer as grandes cidades cearenses não encontram lugar entre as casas de taipa, a economia de subsistência baseada em trocas e a simplicidade sertaneja.

Dentre essas políticas, destaca-se o conjunto de estímulos de geração de emprego de “flagelados da seca” nas obras desenvolvimentistas em outros Estados brasileiros, chamada de Indústria da Seca. Assim, os retirantes nordestinos deixaram seus territórios para promover novas articulações urbanas, adensando as cidades brasileiras, ao mesmo tempo em que eram recebidos e retratados como flagelados, exportando também a ideia de “terra arrasada” do sertão.

Por um lado, e contraditoriamente, a urbe brasileira se adensa com a chegada dos migrantes sertanejos, o país se desenvolve através dos trabalhadores nordestinos sob o discurso de combate à seca. Por outro lado, a Indústria da Seca intervém no semiárido gerando um outro tipo de território: abandonado e imutável; gerido pelo sistema político coronelista, que encontra nas desigualdades ainda mais latentes, a sua forma de continuidade num país cada vez menos rural.

À luz de uma nova tratativa sobre os conceitos de desenvolvimento rural e dos modelos estabelecidos de produção capitalista; onde se debate políticas

públicas voltadas para a promoção da dignidade humana e valorização de outros modos de vida; esse artigo não tem a pretensão de esgotar a temática; pelo contrário, tem a intenção de abrir novas questões para o debate.

Os retirantes nordestinos deixaram seus territórios para promover novas articulações urbanas; adentrando em um sistema de produção que cada vez mais se mostra ineficiente na resolução de seus conflitos, em vez de solucioná-los, os evidencia e os amplia.

Ao debater sobre os elementos que compõem este território - as relações de poder expressas pelo coronelismo, o domínio da natureza hostil e a lida com a seca, o papel dos sertanejos nas políticas desenvolvimentistas brasileiras e por fim, a ideia construída e exportada de sertão - deixamos em aberto a questão: como as relações de poder e domínio sobre pessoas e natureza se concatenam na produção do espaço sertanejo? Por que a Indústria da Seca atendeu mais aos interesses desenvolvimentistas do que os de assistência ao sertão? Como essa construção desigual se entrelaça às narrativas de construção simbólica de uma identidade flagelada característica?

## REFERÊNCIAS

- AMADO, J. *Seara Vermelha*. São Paulo: Companhia das Letras, [1946]. 2009.
- ANDRADE, M.C. *A Terra e o Homem no Nordeste: Contribuição ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste*. 5 ed. São Paulo: Editora Atlas, 1986.
- ARSKY, I. C. Os Efeitos do Programa Cisternas no Acesso à Água no Semiárido. In: *Sociedade e ambiente no semiárido: controvérsias e abordagens*. UFPR. Vol. 55. 2020. Pgs. 408 - 432. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/issue/view/3058/showToc>
- AUGÉ, M. *Não Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. (9a ed.). Campinas/SP: Papirus, 2012.
- CAVALCANTI, E.R. *Desigualdade e Seletividade no Território Cearense: O Ideário Desenvolvimentista dos "Governos das Mudanças" (1987-2007) na Estruturação da Rede Urbana do Estado do Ceará*. Recife, PE: Mestrado em Desenvolvimento Urbano. Universidade Federal do Pernambuco. 2008. (Dissertação de Mestrado).
- CAZELLA, Ademir A; BONNAL, Philippe; MALUF, Renato S. Olhares disciplinares sobre território e desenvolvimento territorial. In: *Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil*. Ademir A. Cazella, Philippe Bonnal e Renato S. Maluf (orgs). Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. p.25-46
- CUNHA, A. P. et al. *Extreme Drought Events over Brazil from 2011 to 2019*. Atmosphere, 10(11), 642, 2019. doi: 10.3390/atmos10110642
- CUNHA, E. da. *Os Sertões*. São Paulo: Três. 1984.



FERREIRA, PAIVA E MELO. Representações dos Retirantes das Secas do Semiárido Nordeste. In: *Sociedade e ambiente no semiárido: controvérsias e abordagens*. UFPR. Vol. 55. 2020. Pgs.: 9 – 27. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/issue/view/3058/showToc>

HAESBART, Rogerio. Concepções de Território para entender a Desterritorialização in SANTOS, Milton et al. *Território, territórios: Ensaio sobre o Ordenamento Territorial*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

LEAL, V.N. *Coronelismo, Enxada e Voto*. Rio de Janeiro. Forense. 1949.

LIMA, C.F. *A Construção do Ceará: Temas de História Econômica*. Fortaleza: Instituto Albaniza Sarasate, 2008.

MELO NETO, J. C. *Morte e vida severina*. Rio de Janeiro: Objetiva, [1955] 2010.

MENEZES, D. *O Outro Nordeste: Ensaio sobre a evolução social e política do nordeste da “civilização do couro” e suas implicações históricas nos problemas gerais*. Rio de Janeiro: Artennova. [1937] 1970.

MONTENEGRO. Abelardo F. *História dos Partidos Políticos Cearenses*. Fortaleza. 1980.

MORAES, Antonio Carlos R. *Bases da Formação Territorial do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2000.

NONATO, R. *Memórias de um retirante*. Pongetti. Coleção Mossoroense, 1957 e 1987.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo – razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2002. 384p.

SILVA, Jonathas Magalhães/s Pereira da. Percepção e Transformação da Paisagem: Planejamento, apropriação e ações Públicas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In *O Arco Metropolitano do Rio de Janeiro*. TÂNGARI et al. (orgs). Rio de Janeiro: PROARQ-FAU-UFRJ, 2012.

SILVA, V. R; PEREIRA, M. B. Das Colonialidades à Emergência de um Novo Paradigma no Semiárido Brasileiro desde as Racionalidades Camponesas: Um Caminhar para Além do Desenvolvimento? In: *Sociedade e ambiente no semiárido: controvérsias e abordagens*. UFPR. Vol. 55. 2020. Pgs.: 9 – 27. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/issue/view/3058/showToc>

SIMIÃO, C. A. *Resistência, Rota de Fuga e Refúgio: O Cariri Cearense na Ditadura Militar*. Ceará. INESP. 2019.